



## **Assembleia Municipal de Lagos**

### **Declaração de Voto**

**Reunião de 02-12-2024**

#### **Grandes Opções do Plano e Orçamento para o Ano Económico de 2025**

##### **Preâmbulo**

Todos os anos somos levados a refletir sobre os destinos do nosso Município, os objetivos e as condições económico-financeiras inerentes às metas que queremos atingir. Mais uma vez, enquanto membros da Assembleia Municipal pelo movimento Lagos Com Futuro, continuamos a apresentar algumas propostas, e pedidos de esclarecimento sobre algumas rubricas inscritas nas PPI, sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento 2025.

O reforço e o prestígio do poder local só se constroem plenamente em ambiente democrático, respeitando a oposição como forma de respeitar os eleitores que nela depositaram a sua confiança. Neste sentido, todos somos Lacobrigenses e todos procuramos o melhor para a comunidade. É sinónimo de inteligência ouvir, discutir, valorizar e efetivar as propostas de outros quando se revelam benéficas para o coletivo. E não se trata apenas de cumprir o protocolo legal convidando as forças políticas a pronunciarem-se um ou dois meses antes da votação destes documentos quando na verdade estes já estão praticamente fechados. Trata-se sim de uma verdadeira e séria prática democrática chamando as forças políticas a trabalhar no próprio documento ao longo do seu processo de construção. E isto não tem acontecido, infelizmente.

É nossa opinião que a gestão política camarária, de que o Sr. Presidente é o representante máximo, tem usufruído de uma oposição construtiva nos últimos anos, que tem vindo a apresentar propostas, recomendações, sugestões e análises críticas construtivas, nos diferentes órgãos autárquicos no sentido de melhorar a vida da comunidade e o ambiente político, dando uma imagem institucional de maior credibilidade.

Para a comunidade, o desafio agrupa-se na necessidade das autarquias serem ainda mais eficientes e capazes de promover novas políticas municipais e de se adaptarem às exigências de uma sociedade em mudança.

As autarquias devem conhecer os seus próprios pontos fracos e fortes, as suas oportunidades, ameaças (através da realização de uma análise SWOT), de forma a que possam traçar um plano de ação destinado a “vender” a sua imagem e os seus produtos de qualidade. Isto significa uma mudança radical de comportamento.

Por outro lado, cada vez mais, os habitantes participam na “vida” do município, pelo que emergem movimentos de cidadania, procurando ajudar e cooperar na criação de soluções para o desenvolvimento autárquico. O que está em causa é a obtenção de um serviço público de qualidade, prestado com eficiência, eficácia e economicidade e aceite pelos munícipes.

As autarquias têm de ser reinventadas. As organizações que serviram no passado encontram-se hoje, em geral, com necessidade de serem repensadas estrategicamente. Os executivos/partidos eleitos nos últimos anos não podem continuar a ter uma conduta política orientada, sobretudo, para a sua auto preservação no poder, como forma de investirem mais em si próprios do que no interesse público. Há novas missões, novos desafios que obrigam os líderes a pôr em causa os processos e as estruturas organizacionais tradicionais e anacrónicas.

Nesse sentido, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento assumem uma importância acrescida no sentido de ser iniciado o processo de “mudança” através da assunção de um olhar novo e diferente perante os problemas que se apresentam a uma autarquia na atualidade, na aldeia global em que vivemos, num mundo em constante mutação e onde todos “competem” entre si, inclusive as autarquias.

### **Grandes Opções do Plano e Orçamento**

1. As Grandes Opções do Plano e Orçamento são os documentos mais importantes da vida da autarquia e são elaborados pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, com instruções e orientações políticas. Algumas sugestões e críticas

construtivas aqui apresentadas aos documentos, não têm cariz redutor, mas têm como objetivo único o de contribuir para melhorar as matérias autárquicas em apreço, nomeadamente a sua redação e, conseqüentemente, as estratégias nelas contidas bem como a otimização da sua operacionalidade. No entanto temos a plena convicção que estes documentos são apenas e só inspirados no programa eleitoral do PS. A abertura às propostas da oposição é mínima, se não mesmo nula ao longo dos anos, tratando-se de um *modus operandi*, para desvalorizar e diminuir as forças na oposição;

2. O orçamento apresentado, para o Município de Lagos, atinge um valor de **124 406 400 euros**, um aumento superior em cerca de 27%, face ao ano de 2024, é o que é proposto para o ano de 2025, a que se irá somar, mais tarde, o resultado da gerência do exercício de 2024;
3. Constata-se que a arrecadação de impostos, principalmente com o IMT, tem vindo a ser mais significativo desde o ano de 2013/2014, atingido já valores superiores a 30 milhões de euros, e para 2025, estima-se que sejam arrecadados mais de 29 milhões de euros. Verbas significativas, mas um imposto de cobrança variável, que pode, à imagem da última crise de 2008, fazer descer este imposto para valores residuais, caso aconteça nova crise, o que pode criar constrangimentos graves, na gestão camarária, dados os valores dos custos fixos, que a autarquia possui e que tem que os pagar independentemente das cobranças de IMT descerem para valores proibitivos em consequência de uma crise ou de acontecimentos inesperados, que atinja a nossa economia. Deveria existir alguma prudência na assunção de despesas fixas, nomeadamente na assunção do aumento das despesas fixas, ano após ano;
4. Verifica-se um aumento muito significativo das receitas municipais, por via da arrecadação de impostos, desde 2014, com o qual nos devemos congratular. Um orçamento significativo a nível regional (deverá ser o segundo maior orçamento a nível regional) e mesmo a nível nacional, para autarquias com a dimensão da nossa. Somos uma autarquia rica, e ainda bem, e, nestas condições, teremos que saber investir bem o dinheiro;

5. Temos conseguido este excelente desempenho, por força do aumento da arrecadação de impostos nos últimos anos e não pela gestão camarária, concretizada pelo denominado Executivo em Permanência, do partido socialista;
6. Na leitura do Documento das Grandes Opções do Plano, consideramos que existiu a intenção de lançar uma rede vasta sobre muitas matérias Municipais, que certamente será de todo impossível concretizar e que implicará, uma vez mais, uma fraca execução orçamental, à imagem do que tem acontecido nos últimos anos e muito provavelmente também acontecerá no ano de 2025. No entanto, muito ficou por considerar, nomeadamente propostas e moções que foram apresentadas por Lagos Com Futuro e votadas por unanimidade, em mandatos anteriores na Câmara e também na Assembleia Municipal, mas que nunca constaram nas Grandes Opções do Plano nem no Orçamento;
7. Em nossa opinião não se trata de lapso ou esquecimento, mas sim, de uma estratégia, que consiste em minimizar o valor do trabalho da oposição, porque não nos parece que seja só a nossa força política a sofrer com esta forma de atuar, mas também outras forças políticas, o que é, sem dúvida, inaceitável em Democracia;
8. Em nossa opinião, o documento das Grandes Opções do Plano contempla intenções de investimento com propostas, que serão impossíveis de executar num mandato autárquico, talvez num espaço temporal de 2/3 mandatos, seria possível executar as intenções redigidas no documento;
9. Pese embora considerarmos, que são descritas neste documento, muitas propostas que poderão, algumas delas, serem exequíveis, muitas são meras virtualidades, que ficam certamente bem para quem lê o documento, mas que, lido e analisado aprofundadamente, e na sua íntegra, facilmente se conclui que dificilmente essas propostas serão implementadas, o que aliás tem sido provado com as baixas taxas de execução orçamental verificadas, desde o ano de 2013;

10. Não esqueçamos que este documento é intitulado as GOP e o Orçamento para 2025, e não para um espaço temporal de 2/3 mandatos, porque é realmente o que parece, dada a extensão das GOP e o número de intenções/propostas, sem existir correspondência nas verbas do orçamento, mas que ano após ano o executivo do PS continua a colocar em prática, de forma incorreta;
11. Assim fica por explicar para o ano de 2025, como é que os objetivos definidos no documento das GOP, irão ser concretizados em termos financeiros e quais as diversas rubricas do orçamento, onde vão ser alocados esses gastos. Não basta referir que vamos concretizar um conjunto de situações sem as quantificarmos, aguardando para ver se é possível integrá-los no orçamento. Em resumo, não é compreensível a forma como se quantificam os objetivos definidos nas Grandes Opções do Plano bem como o transporte desses montantes para o Orçamento, os quais deveriam estar umbilicalmente ligados. Não existindo correspondência entre ambos os documentos, facilmente se constata, que o documento das GOP é apenas um documento falacioso, refletindo neste caso falta de seriedade política, porque nunca irá ser concretizado no ano de 2025. Basta lembrar a promessa dos 400 fogos a custos acessíveis prometidos na última campanha eleitoral pelo PS e que na verdade acabar por ser 20 ou 30 no final do mandato;
12. Aliás, este documento deveria ser redigido de maneira, que a sua forma e o seu conteúdo fosse acessível, na sua compreensão, a qualquer cidadão com inteligência funcional, que fosse capaz de o ler, interpretar e compreender o descritivo (GOP) com o amontoado de verbas inscritas no orçamento e a relação entre ambos os documentos. Contudo, temos a certeza que estes documentos, que deveriam ser transparentes e compreensíveis, foram construídos segundo orientações políticas, para complicar e acabam por ser um documento confuso e disfuncional, um autêntico quebra-cabeças para qualquer cidadão e para a grande maioria dos eleitos locais em que também nos incluímos;
13. Por cada medida definida nas GOP deveria ser identificada qual a rubrica do orçamento correspondente. E deveria existir uma correspondência entre o

Orçamento e o Plano Plurianual de Investimento,

que também não conseguimos descortinar, e esta é uma doença de muitos anos, que ainda não foi curada e carece de “medicação urgente”;

14. Estes dois documentos, as GOP e o Orçamento, que inclui as PPI, deveriam ser dois irmãos gémeos, mas quem os lê não encontra qualquer ligação que seja compreensível entre ambos. Atenda-se aos pontos seguintes;
15. Objetivo Estratégico 01 - **Aumentar e Reabilitar a Oferta Habitacional do Município**, são referidos os objetivos que a autarquia pretende fazer na área da oferta habitacional. Só agora, passados que são muitos anos sobre a identificação de um problema que aflige o Município, finalmente a Autarquia começa a dar passos para tentar resolver este grave problema social, que tanto tem afetado os nossos Munícipes, por falta de investimento, quer público, quer privado, na construção de fogos, para compra a preços controlados e fogos para habitação social e ainda fogos para arrendamento. Tudo isto, devido à falta de uma visão estratégica dos gestores políticos da nossa autarquia, que durante muitos anos não se preocuparam com estas situações;
16. Por consequência do desinteresse em construir habitação municipal, estão inscritas quase 1 800 famílias na câmara municipal, que desejam arrendar fogos municipais, dado que não existem disponíveis no mercado, situação que é bastante caótica. Os fogos anunciados nos últimos anos, para construção municipal não têm sido construídos. Os que foram entregues são residuais face às necessidades reais das pessoas;
17. Conclui-se também que a promessa eleitoral dos 400 fogos, realizada pelo PS, na última campanha eleitoral de 2021, através de um cartaz enorme na rotunda Espiche (estão lembrados?) foi apenas mais uma promessa enganosa, difundida para confundir e enganar o eleitorado e que não foi concretizada neste mandato, nem sequer no próximo, caso as mesmas pessoas continuem a ter a mesma inação política. Palavras e ações em perfeita contradição. Os factos assim o provam;

18. Ainda assim, pensamos que os fogos anunciados em 2021, são claramente insuficientes para resolver a situação de falta de habitação municipal, para venda a custos controlados e para arrendamento;
19. Lagos com Futuro considera que o problema da habitação em Lagos deve ser encarado com uma maior celeridade e seriedade, como uma prioridade estratégica para a sustentabilidade social e humana do Concelho. Nos próximos 10/12 anos, a Câmara deve definir um plano orçamental ambicioso e rigoroso nesta área tão sensível de forma a dar uma resposta robusta a este problema, uma bandeira fantástica usada pelo PS para ganhar as eleições, através de falsas promessas eleitoralistas;
20. **Reforçar o apoio à Juventude**, passa também por ter uma política de habitação Municipal, que realize uma oferta de fogos para os jovens que hoje são obrigados a viver na casa dos pais até aos 35/40 anos de idade, por impossibilidade de adquirirem um imóvel para habitação própria para constituírem família, devido aos preços proibitivos que se praticam no nosso Município na venda de imóveis para habitação, agravada com a não concessão de empréstimos bancários para este fim, devido aos baixos salários versus preços da habitação, em que os Bancos, de uma forma implacável, aplicam os indicadores das taxas de esforço das famílias, para inviabilizarem os empréstimos;
21. A autarquia tem o poder para agir no ordenamento do território e deve fazê-lo de forma a contemplar terrenos em zonas no nosso Concelho, onde a construção de fogos a custos controlados sejam um imperativo;
22. Não podemos continuar a cruzar os braços sobre este assunto, porque esta problemática já tem mais de duas décadas e vai-se agravando de ano para ano, sem que nada seja realizado de uma forma robusta, sustentada e credível;
23. Muitos jovens têm procurado em concelhos vizinhos fogos para habitação, para comprar e alugar. Outros pura e simplesmente imigram e outros ainda procuram emprego em cidades como Lisboa, o que, em qualquer dos casos, conduz a um

êxodo significativo da população jovem, que muito prejudica o futuro socioeconómico do nosso concelho;

24. Sobre o tema da **Segurança**, consideramos que o Sr. Presidente deverá insistir junto do governo central o reforço do número de polícias para Lagos, dado que o número de efetivos são claramente insuficientes e abaixo dos rácios nacionais, tendo em conta o número de habitantes;
25. **Ainda Relativamente à Segurança**, realizou o nosso ex-vereador Luís Barroso, em conjunto com o ex. vereador do PSD, Nuno Serafim uma proposta designada **“Valorização do Bombeiro Lacobrigense”**, deliberada por unanimidade em 27-11-2019, há mais de 5 anos atrás, que não foi ainda concretizada;
26. Recordamos que a proposta, aprovada por unanimidade, consistia na isenção aos Bombeiros de Lagos do pagamento da Taxa Municipal de Disponibilidade da água, dar acesso gratuito aos serviços de ginásio e Piscinas Municipais e a isenção do IMI, um prémio pequeno para quem arrisca a vida em prol de todos nós;
27. Quando os gestores políticos não valorizam nem respeitam o corpo de bombeiros, homens que arriscam a vida pela segurança dos cidadãos, lembrando ainda que o atual Vice-presidente da câmara, era o então comandante dos Bombeiros, à data da aprovação da proposta, não se tendo envolvido para concretizar esta causa, então que cada um retire as ilações sobre esta matéria;
28. **Relativamente ao Reforço da Igualdade Social** é necessário outro tipo de medidas como a atração de investimentos e investidores no Município de Lagos, no sentido de se criar mais riqueza e postos de trabalho em quantidade e qualidade, de forma a retirar as pessoas das dificuldades sociais e económicas que hoje existem. Desta forma também não seriam necessários tantos apoios sociais atribuídos pela autarquia reduzindo-se assim os efeitos da subserviência dos cidadãos ao poder político instalado;
29. **A Qualificação do Ambiente Urbano**, impõe também um reformular dos projetos de rotundas e zonas de arruamentos onde persistem áreas extensas de

relva e deste modo retirar estas áreas verdes substituindo-as por outros materiais decorativos considerando o elevado consumo de água que está inerente à sua manutenção;

30. A este nível, também se deveria investir no equipamento de aproveitamento da energia solar para os edifícios públicos, dado termos as melhores condições de exposição solar de todo o país e assim se poupava nas despesas da eletricidade e na salvaguarda dos valores ambientais;
31. E também seria importante promover os estudos e projetos necessários para proporcionar o armazenamento de águas pluviais em zonas estrategicamente funcionais do nosso município e um Plano Estratégico Municipal da Gestão da Água, bem como informar as pessoas da evolução do Plano de Eficiência Hídrica do Algarve;
32. Relativamente a Melhorar as Acessibilidades e a Mobilidade, não percebemos a razão da não implementação da proposta do nosso ex. vereador Luís Barroso, aprovada por unanimidade em 08-01-2020, designada “Lagos passo a Passo”, abrangendo entre outras medidas, a desobstaculização dos passeios pedonais. Se não foi executada em 2020 no mínimo deveria constar nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento de um ano subsequente e não foi, nem neste orçamento para 2025. Pretende o Sr. Presidente cumprir esta deliberação camarária?
33. O Eixo III – Lagos Mais Sustentável, nomeadamente no que respeita a Promover o Ecossistema Empreendedor e o Desenvolvimento Económico e Ambiental, carece que se tomem medidas de apoio à economia, para evitar o retrocesso da mesma, tentando manter ativas as empresas do Município e, desse modo, ser necessário concretizarmos algumas propostas de curto prazo de apoio direto à economia, bem como outras propostas mais estruturais e de médio/longo prazo;
34. Atenda-se à seguinte proposta que foi chumbada pelo executivo socialista na reunião de Câmara de 20-05-2021, para promover a economia local, sobre a Criação da I QUINZENA GASTRONÓMICA DE LAGOS, cujo objetivo era o de

potenciar a economia local e promover o que no nosso Município tem de melhor, a nível de gastronomia, escolhendo um tema gastronómico adequado, mais a doçaria e vinhos, em articulação e COOPERAÇÃO com todos os empresários locais;

35. Realizamos uma outra proposta para apoiar a economia local, na reunião de Câmara de 12-05-2021, que foi aprovada por unanimidade, designada por **ESTUDO DE LOCAL E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PARQUE MULTIUSOS DE FEIRAS, EVENTOS E MERCADOS NO NOSSO MUNICÍPIO**, mas estranhamente, e à imagem de muitas outras propostas, não foi considerada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, nos anos subsequentes, nem para o ano de 2025, a qual se descreve de seguida:

*Considerando que:*

- 1. Desde as eleições de 2001 que o PS considerou no seu Programa Eleitoral a construção de um Parque Multiusos de Feiras, Eventos e Mercados;*
- 2. Passados que são 20 anos de gestão do partido socialista, a construção desse equipamento continua por concretizar, pese embora a importância estratégica do mesmo;*
- 3. A construção de um equipamento desta natureza, permitiria organizar o espaço em apreço de uma forma mais profissional, e promover eventos das mais variadas áreas todo o ano, potenciando a economia local;*
- 4. A definição de benchmarking da Comissão Europeia diz-nos que este é um “processo contínuo e sistemático que permite a comparação das performances das organizações e respetivas funções ou processos face ao que é considerado o melhor nível, visando não apenas a equiparação dos níveis de performance mas também a sua superação”.*
- 5. Nesse sentido o nosso Município pode realizar um périplo por outras autarquias, muitas aqui perto da nossa e implementar um equipamento deste tipo, tentando se possível superar o existente noutros locais.*

## PROPOSTA

- 1- *Iniciar um estudo de um local apropriado para a implementação, no nosso Município, de um equipamento multiusos, já existente em quase todos as Autarquias do nosso País, para a realização de uma forma condigna, de FEIRAS, EVENTOS E MERCADOS;*
- 2- *Informar a comunicação social de aprovação em Reunião de Câmara, da presente proposta.*
36. Sobre Promover o Desenvolvimento Ambiental e, face às ruturas de água que têm acontecido, é aconselhável que todos os anos sejam previstas montantes no orçamento para substituir condutas de água mais antigas;
37. Relativamente ao Eixo III, e no que concerne a Valorizar o Património Imobiliário Cultural e Natural, há muito que apelamos à recuperação das muralhas e baluartes e outros monumentos nacionais em degradação progressiva há mais de dez anos. Chamamos à atenção da proposta que foi aprovada por unanimidade em Reunião de Câmara de 08-01-2020, designada por “Iluminação das Muralhas”, apresentada pelo nosso ex. vereador Luís Barroso, que não foi operacionalizada até agora, nem sequer colocada nas Grandes Opções do Plano, para 2025, que recordamos o teor da mesma:

Considerando que:

1. *A iluminação das muralhas, foi um projeto bem planeado, e melhor executado e que melhorou substancialmente o aspeto das nossas muralhas e torreões;*
2. *Durante alguns anos, esta iluminação tornou-se num dos ex-libris da nossa cidade, à imagem do que acontece noutros Municípios;*
3. *Por variadas razões este projeto acabou, dado que a iluminação das muralhas e torreões, lamentavelmente deixou de existir;*

Proposta

1. *Voltar a implementar o projeto da iluminação do nosso pano de muralhas e torres, lançando um concurso público de execução, caso seja necessário, para dignificar novamente o nosso património histórico e cultural.*

38. Pergunta-se ao Sr. Presidente se tem intenções de executar a deliberação de Câmara para iluminar o pano de muralhas? Pensamos que não porque nada está contemplado nas GOP para 2025!;

39. Sobre Desporto Com vista à promoção do desporto propomos a criação do **Conselho Municipal do Desporto**, nele participando técnicos municipais, representantes das associações e clubes, dos treinadores e dos atletas, destinado a definir os objetivos do sector, a coordenar e a elaborar um plano estratégico plurianual das atividades desportivas, programando em conjunto com as associações do sector a realização dos diferentes eventos e competições;

40. No que concerne à nota explicativa para as dotações a inscrever em 2025, gostaríamos de ser esclarecidos relativamente à nota de despesa 01.02/02.02.04 - Locação de Edifícios no montante 1 867 752 euros referente ao valor das rendas -Edifício dos Paços do Concelho Século XXI, dado que a Câmara detém neste momento 100% das ações do edifício (adquiridas em 2024 os restantes 51% das ações do capital social da empresa anónima) e por consequência não necessita de continuar a pagar rendas, julgamos nós, a não ser que existam factos que desconheçamos;

41. Também a nota de despesa referida como 01.02/05.01.01.01- Empresas públicas municipais e intermunicipais, dotada com 270 000 euros, relativo à transferência de verba efetuada para a empresa Lagos-em-Forma, no âmbito do contrato programa, temos a referir, que face ao que aconteceu recentemente com o Tribunal de Contas, que acusou os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, relativos a um contrato programa, efetuado entre a

câmara municipal e a empresa municipal Lagos-

em-Forma, que levantamos muitas reservas sobre este tipo de contratos programa, não serem enviados para visto prévio do Tribunal de Contas, para evitar potenciais problemas futuros, para quem tem que votar, quer estas propostas de contratos programa, quer os documentos, que se encontram para deliberação nesta Assembleia relativos às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano económico de 2025, que integram a transferência dos valores destes contratos programas;

42. Relativamente à nota de despesa 05/02.02.20 - Outros Trabalhos Especializados está dotado de 1 433 610 euros, que inclui na sua maioria, a prestação de serviços referentes à implementação da fibra ótica no Concelho de Lagos, carece de melhor explicação e fundamentação, destes trabalhos bem como do valor considerado;
43. Continuamos a constatar que a taxa de justiça sobre a água, no valor de 125.796 euros, é cobrada pela nossa autarquia, aos munícipes de Lagos, que se esquecem de pagar as faturas da água no prazo. Trata-se de uma taxa de justiça altamente injusta, porque não existe um 2.º aviso aos munícipes, que se esqueceram de pagar a fatura da água, tal como acontece com outras empresas, nomeadamente, de fornecimento de eletricidade, de gás, de comunicações, entre outros;
44. Acresce, por exemplo, que existem muitas rubricas, das quais vamos escolher algumas, a título meramente ilustrativo, para questionar e tentar perceber os valores inscritos no orçamento no lado da despesa (escolhemos os mapas do Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2025), os quais passamos a referir nos pontos seguintes;
45. Rubrica “Aquisição e atualização de software informático” com o código de classificação orçamental 05 070108, que aponta para o valor total investido de 788.895 euros. Este montante carece de melhor fundamentação atendendo ao elevado valor considerado;

46. Rubrica “Aquisição/Expropriação de edifício” com o código de classificação orçamental 0102 07010301 num montante considerado de 1.294.662 euros. Qual o edifício que foi expropriado?;
47. Rubrica “Aquisição de equipamento informático” com o código de classificação orçamental 05 070107, que aponta para um valor de aquisição deste tipo de equipamentos de 484.272 euros, que devia ser melhor fundamentado;
48. Rubrica “DASU – Materiais de transporte – Inclui grandes reparações” com o código de classificação orçamental 03 07010602, que aponta para um valor de 2.880.000 euros até ao ano de 2030, que carece de explicações adicionais sobre esta temática;
49. Rubrica “Aquisição de equipamento informático” com o código de classificação orçamental 05 070107, que aponta despesa até ao ano de 2030 de 3 250 000 euros, que julgamos que este montante deve ser acompanhado com a devida fundamentação e explicação;
50. Rubrica “Aquisição e atualização de software informático” com o código de classificação orçamental 05 070108, cuja despesa até 2023 é de 1 980 000 euros, que igualmente são necessárias explicações sobre esta despesa;
51. Rubrica “Edifícios Municipais – Conservação, reparação, reabilitação e requalificação – inclui SCI e espaços exteriores” com o código de classificação orçamental 04 07010307, que está considerada uma despesa até 2030 de 467.000 euros, que julgamos que devemos tomar conhecimento do que se trata a despesa desta considerada;
52. Rubrica “Obras de requalificação na Escola das Naus – inclui estudos e projetos” com o código de classificação orçamental 04 07010305, cuja despesa para o ano de 2025 atinge 7 615 000 euros e até ao ano de 2030, está considerada uma

despesa de 14.320 710 euros. Atendendo ao

elevado valor, consideramos que nos devem esclarecer, da razão do mesmo, e quais as obras que vão ser realizadas;

53. Rubrica “Remodelação de infraestruturas na área do município – inclui equipamentos” com o código de classificação orçamental 04 07030301, que estão consideradas despesas até 2030 de 710 000 euros, sem se perceber que de obras se tratam, logo deve ser explicada e fundamentada a presente rubrica;
54. Relativamente às Rubricas “Ampliação, conservação e remodelação de coletores e redes de esgoto”, consideradas nos códigos de classificação orçamental 04 07030302, um de 2023/68 e o outro de 2025/76, com despesas até 2030 de 308 693 euros e de 895 000 euros respetivamente, carecem ambos de fundamentação e de que obras se tratam;
55. Rubrica “Diminuição de perdas de água no sistema distribuidor do Concelho de Lagos” com o código de classificação orçamental 04 07030307, cuja despesa considerada é de 5 000 000 euros, sem mais fundamentação para despesa tão avultada;
56. Assim dos pontos 45 ao ponto 55, descrevemos despesas que a Câmara Municipal pretende realizar, sem entendermos realmente de que despesas se tratam, sem fundamentação e explicação, que aconselhamos que seja entregue documento complementar anexo, para melhor entendimento da situação e apreço. Até porque muitas mais rubricas, que constam no Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2025, poderiam ser também referidos nesta declaração de voto, porque as mesmas são dúbias, quanto à sua fundamentação e explicação e nas mesmas, e estão em muitas delas inscritas milhões de euros, no mapa das PPI;
57. Lamentamos ainda que ao nível do ensino pré-primário público, em que apenas preenchamos 30% das necessidades, não esteja previsto qualquer investimento no sentido de reforçar a oferta pública;

58. Em conclusão, somos da opinião que perdemos, mais um ano, a oportunidade de realizar um orçamento baseado num documento de apoio (as GOP) que fosse realista e considerasse apenas os objetivos estratégicos a concretizar em 2025 e não debitar ações que são impossíveis de concretizar em 2025, a não ser que esperemos mais uma dúzia de anos. A redação das GOP, com tantas ideias, podiam ser aproveitadas, como documento de trabalho, para apoiar a elaboração de um documento estratégico, baseado no compromisso de concretização efetiva, para o nosso Concelho, para se identificarem, as ideias que seriam real e concretamente exequíveis;
59. A discussão de Orçamento Municipal e das Grande Opções do Plano deve ser realizada de uma forma séria e competente, atendendo que, desta discussão, emergem as políticas a serem implementadas em prol do Município e dos munícipes. Infelizmente, para além da apresentação da proposta da Câmara realizada pelo Sr. Presidente, a discussão da proposta não existiu.
60. Por todos estes motivos aqui enunciados, **os Eleitos de Lagos Com Futuro vão votar contra os documentos do Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2025**, pelos motivos referidos ao longo desta declaração de voto, mas principalmente pela situação do subsídio atribuído à Lagos- em- Forma, referido no ponto 41 desta DV, no valor de 270.000 euros que pode vir futuramente a ser colocado em causa pelo Tribunal de Contas, como aconteceu anteriormente num outro subsídio atribuído à Lagos-em-Forma, onde foram atribuídas responsabilidades dos deputados municipais, que não desejamos de forma alguma que nos aconteça novamente, sob pena de condenação ao pagamento de multas aos deputados municipais no valor de montantes elevados.

Os Eleitos de Lagos com Futuro na assembleia municipal

6 de dezembro de 2024